

acionados, entre bombeiros, guardas municipais, agentes da defesa civil e policiais militares. No dia 16 de dezembro de 2011, o prefeito Dário Berger decretou situação de emergência na comunidade da Mariquinha. Foi a última vez que isso aconteceu no município. Quando o bloco rochoso escorregou, arrasou tudo que estava abaixo. Ao todo três casas ruíram, um lava a jato, cinco carros e uma moto foram destruídos e uma pessoa morreu.

Um dia algo iria cair. Marcelo, o dono do lava a jato, previa isso quando se instalou no sopé do morro. Próximo ao terreno havia uma área com histórico de instabilidade. Ele limpou o local onde imaginava que a prefeitura poderia construir um muro de contenção e esperou vir abaixo. Mas se surpreendeu. A parte que cedeu foi outra e, em questão de segundos, acabou com os seus empreendimentos e o colocou num luto prematuro. “Eu perdi tudo do dia pra noite, fiquei sem meu emprego e sem minha mãe”, relembra Marcelo. Ele tinha experimentado o potencial destrutivo da encosta anos antes, quando, em 2008, as chuvas ruíram seu escritório duas vezes, mas nada tão grave como em 2011. Naquele ano, o imóvel havia se transformado na casa da mãe, Claudete Andrade Ferreira, quando o filho sugeriu que ela ficasse um tempo ali para fugir do aluguel. Na hora do temporal, ela estava no celular com a filha. Instantes depois, a ligação ficou muda.

De acordo com os critérios do Sistema Nacional da Defesa Civil, o acontecimento de 2011 na comunidade não foi considerado como desastre,

porque os danos materiais e ambientais não foram suficientes e nem expressivo o número de mortos, feridos e edificações danificadas. A definição técnica para evento seria “acontecimento de grande vulto”. Até então, Santa Catarina contava com 24 registros oficiais de casos semelhantes ao da Mariquinha, denominados de movimentação de massa, somando, de 1991 a 2010, 113.697 pessoas afetadas.

“Um paralelepípedo escora o caminhão parado em uma ladeira, se alguém der um chute no calço, dá para imaginar o que vai acontecer”, exemplifica Rodrigo Sato sobre o acidente na Mariquinha. Na analogia do geólogo, responsável pelo Laudo Técnico de Urgência do evento, o caminhão era a rocha, a pessoa, a chuva, e a situação de fragilidade a gradativa infiltração de água nas entranhas do morro. A rocha que compõe a encosta é o Granito Ilha, que, em si mesmo, é propício às instabilidades, pois se caracteriza pela presença de falhas e de material propenso a movimentações, como blocos e matacões. O estudo geológico, contratado pela prefeitura após o deslizamento, comprovou a existência de outras fraturas na região, como a que se rompeu no dia do acidente, por onde a água subterrânea continua se infiltrando até hoje.

Alguns moradores lembram da fenda que existia no local antes do acidente, que, com o passar dos anos, foi acumulando lixo e água descartada pela pia e privada das casas do entorno. Outros não se esquecem das detonações ocorridas a 80 metros de distância do local do acidente, no ano anterior. “Do ponto de vista geológico, existem

90% de chances de o deslizamento ter sido por causa da água”, avalia Rodrigo Sato, e conclui: “Os 10% restantes são para outros fatores, como a trepidação dos carros e caminhões que passam pela Rua Waldomiro Monguilhot e a vibração dos estrondos”. Ele ainda alega ser impossível comprovar que as dinamites tenham causado o acidente, porque não houve monitoramento prévio das explosões. O líder comunitário na época, Marcelo Ferreira, resolveu não insistir mais no assunto. As denúncias que fazia na mídia mostrando a relação das obras do PAC com o evento não estavam sendo bem vistas na prefeitura. “Eu tive que mudar o meu discurso para ver se a gente conseguia uma indenização para os atingidos”, lembra Marcelo. “Eu perdi tudo do dia pra noite, mas eu vi que tinham pessoas na comunidade que estavam numa situação pior ainda, porque tinham perdido a casa”.

Quando os rojões estouram no céu avisando que a polícia está na comunidade, as crianças respondem com gritos, alvoroçando a brincadeira no parquinho da creche Cristo Redentor, a única instituição pública dentro da comunidade. Ali, as preocupações da vida adulta não interrompem a diversão da garotada, nem mesmo quando o estrondo supera qualquer foguete. “O barulho de uma pedra batendo na outra foi muito forte”, relembra Ramilda Vita Ladroxitz, que, ao ver da janela a vegetação deslizar, manteve a calma e continuou a roda de cantiga, sem que os alunos percebessem o que tinha acontecido. “Eu sabia que estaríamos mais seguros ali dentro, do que na rua”. Naquele dia, choveu o que se esperava para

a metade do mês de dezembro, foram cerca de 58 mm em 1 hora. De acordo com o agente da defesa civil Luiz Eduardo Machado, responsável por coordenar as ações de resposta ao deslizamento da Mariquinha, eventos dessa singularidade são extremamente destrutivos onde quer que aconteçam. De dentro da creche, Ramilda via moradores desorientados caminhando na chuva. “Um pegou um micro-ondas, outro, um aparelho de som, que botou embaixo do braço e andava para baixo e para cima, sem saber o que fazer”, recorda, acentuando o completo despreparo da comunidade frente ao acidente.

“Temos uma cultura ainda muito incipiente no que diz respeito à prevenção”, avalia o geógrafo José Luiz de Abreu, acrescentando que “a sensibilização muitas vezes se dá quando existe um fato, como foi o caso da Mariquinha”. Ele realizou oficinas de gestão de riscos e desastres no Núcleo Comunitário de Defesa Civil Claudete Andrade Ferreira (NUDEC), criado em 2013, na comunidade. Uma iniciativa inédita em Florianópolis para desenvolver a percepção das pessoas com relação aos perigos a que estão expostas e capacitá-las a responderem rapidamente em caso de eventos climáticos adversos. “Os moradores verificaram que estava avançando a movimentação de um muro antigo de uma residência, eles mesmos foram na Secretaria de Obras e conseguiram um novo”, relembra José sobre os resultados positivos dos trabalhos. Os aprendizados, também, foram postos em prática durante o exercício elaborado pela Defesa Civil no final de 2014. O grupo que contava com a participação voluntária de

aproximadamente 18 moradores e de técnicos da prefeitura, hoje, não realiza mais as reuniões mensais. O NUDEC ainda é mantido a distância pelas mensagens trocadas entre os integrantes via celular. “Acredito que faltam repasse de verba por parte das três esferas de poder e investimento da própria comunidade nela mesma, com sua força de trabalho e acúmulo de experiência para levar o conhecimento adquirido aos demais”, opina José, sobre os entraves que impedem a consolidação de medidas não estruturantes de mudanças, como os NUDECs.

5 DESASSOSSEGO DE MUITOS

Um guarda chuva enorme aponta no meio da ladeira, e se vê, pela aba torta, que vem de outros temporais. A moça encaixa o cabo entre os braços cruzados e sobe, encolhida, para amenizar o frio que entra pelo calçado molhado. Próximo ao fim da Rua Cid Gonzaga, ela pega o atalho à direita e segue, cada vez mais, para cima o Morro da Mariquinha. Lá no alto, raios iluminam a madrugada e anunciam trovoões que embalam sonhos de uns e tiram sonos de outros.

A Rua Doutor Cid Gonzaga é de acesso fácil, local de casas antigas, estabelecidas na parte mais baixa da encosta. A fileira de habitações em um mesmo terreno indica que, pelo menos, há três gerações vive-se por ali. Primeiro eram chácaras, depois, à medida que a família aumentava, novas edificações se estenderam nos fundos do lote,

destruindo as bananeiras e diminuindo o espaço para a criação das galinhas. Os serviços de luz, água e telefone existem desde que seu Nenem era pequeno, se não lhe falham os 70 e poucos anos de memória. A casa de alvenaria em que vive hoje está diferente da que seus pais adquiriram quando chegaram a Florianópolis, na primeira metade do século XX. Naquela época existia uma lei que permitia a construção de habitações de madeira nos morros da capital, aprovada pelo então prefeito Heitor Blum, em 1927. “Lá trás, o poder público participou dessa ocupação das encostas. Depois não houve fiscalização, nem controle e avançou”, critica o geógrafo José Luis Ferreira, para quem a fragilidade do planejamento da cidade e a falta de fiscalização da expansão urbana explicam as ocupações irregulares em Florianópolis.

No final dos 215 metros de extensão, que ligam a Avenida Mauro Ramos até a casa de dona Venira - a última moradora da Rua Cid Gonzaga - a altitude beira os 45 metros, um terço da altura de quem vive na última casa da comunidade. Por essa rua, as crianças sobem em algazarra quando retornam da escola na hora do almoço e é por onde descem clientes do tráfico de drogas a qualquer momento do dia ou da noite. Ela inicia a caminhada de quem mora nas partes mais altas da encosta e serve de repouso para os que se esquentam ao sol nos dias de descanso. De segunda a sexta-feira, é o itinerário do caminhão do gás e nas quartas e sábados do carro das cucas, broas e pães fresquinhos, que também vende 30 ovos por R\$ 11. Seus poucos metros de largura impossibilitam que um automóvel suba enquanto o outro desce. A manobra de retorno fica restrita a

carros menores e a motoristas habilidosos, sendo o mais comum vê-los descendo de ré.

Na via paralela, a Laura Caminha Meira, os motoristas conseguem fazer o retorno no final da rua devido ao alargamento propiciado pelos recursos do PAC. Ali é o fim da linha para os automóveis e o início da caminhada rumo à cidade informal pela escadaria da bica, à direita, ou pela Servidão Formiga, à esquerda. Em qualquer uma das direções, estão espalhados os trabalhadores do tráfico de drogas. Não há carro de polícia que passe despercebido pelos olheiros que, com o estouro dos rojões, delatam a posição das viaturas que entram na comunidade. Enquanto clientes param na boca para adquirir maconha, cocaína, loló, bala e doce, moradores se deparam com o ponto de venda quando estão no caminho de casa. “Eu estou mais segura aqui do que no meu lar no Campeche”, admite Carla Cristina Britto, diretora há oito anos da creche instalada dentro da comunidade, sobre a presença dos traficantes. “Nunca tivemos problemas com invasão, roubo, furto ou agressão”, alega a respeito da boa convivência entre os pares, em que um respeita o trabalho do outro. Em 2016, o Centro de Educação Infantil Cristo Redentor, atende a 87 crianças, contando com apenas três na lista de espera. ”Somos uma seara, em um universo de aridez”, observa ao explicar o número pouco expressivo se comparado com outras instituições. Das 2.219 crianças, de zero a três anos, que compõem o quadro de déficit de vagas em Florianópolis, 55 aguardam pelo chamado da creche municipal Almirante Lucas Alexandre Boiteux, localizada

na Avenida Mauro Ramos, que assim, como a Cristo Redentor, está a cerca de 900 metros da praça XV de novembro.

Em frente à instituição de ensino, desemboca o atalho utilizado pela moça do guarda-chuva torto naquele temporal e por tantos outros pedestres todos os dias. O caminho improvisado que liga as duas principais vias da comunidade pode ser extinto caso alguém se disponha a comprar a área, um terreno baldio de 260m², à venda por R\$ 150 mil, com escritura pública. O comprador morará ao lado de Jéssica de Oliveira, uma vizinha que, nos dias de chuva, fica atenta. O local onde ela viveu desde a adolescência ficou vulnerável, depois que um temporal causou a queda de um bloco rochoso na comunidade, em 2011. No dia mais estranho de sua vida, ela assistiu a tarde virar escuridão, testemunhou uma casa deslizar pelo morro, sentiu a sua tremer e se viu na condição de desabrigada. De imediato, 22 famílias foram retiradas de seus lares, onde estariam suscetíveis à instabilidade da encosta e à queda de outra rocha com iminentes chances de colapso. A região que nunca antes fora classificada como área de risco tinha agora 13 edificações R3 e cinco R4 - quando é muito alta a possibilidade de ocorrência de eventos em situações de precipitação intensa e/ou prolongada-, todas interditadas pela Defesa Civil. Na ocasião, Jéssica pegou os documentos, algumas roupas e se juntou ao grupo de 12 pessoas que ficaram no abrigo improvisado, na Passarela Nego Quirido, enquanto os demais foram acolhidos na casa de parentes. “Foi um período difícil porque não era a casa da gente”, lembra Jéssica, sobre os dias em que ficou alojada em um dos camarotes,

“mas o pessoal da prefeitura foi atencioso, nos deram uns colchões para jogar no chão, comida e repelente, porque tinha bastante mosquito”. O mais novo do abrigo era Renato, um neném de quatro meses, que pouco pode aproveitar da casa em que vivia com todos os parentes. Ali ele estava acompanhado de sua avó, dois tios, duas tias, três primos, seu pai e sua mãe: Jéssica.

A associação de moradores recorreu ao Ministério Público Estadual (MP-SC) para que as pessoas afetadas fossem imediatamente assistidas e pudessem retomar o quanto antes ao ritmo normal de suas vidas. No entanto, somente em dezembro de 2015, a Defesa Civil liberou a área para o retorno, depois que cerca de R\$ 810 mil foram gastos com estudo geofísico, drenagem, muros e estabilização do bloco rochoso. A garantia do direito à moradia aos afetados aconteceu à base de litígios com a prefeitura. Em resposta ao Inquérito Civil do MP-SC, o município assistiu os atingidos com o aluguel social, um benefício hoje suspenso. Na época, a Secretaria de Assistência Social do Município (SEMAS) fornecia R\$ 300 mensais, durante três meses, que podia ser prorrogado por igual período uma única vez. Hoje, as famílias em situação habitacional de emergência e de baixa renda são assistidas pelo auxílio habitacional, da Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental. A solução paliativa, naquele final de 2011, provocou novo imbróglgio pouco tempo depois, quando a prefeitura anunciou que suspenderia a ajuda de custo. A alguns coube a alternativa de voltar para o único lugar que tinham garantido: as suas antigas casas na área de risco.

Dessa vez, o MP-SC entrou com Ação Civil Pública contra a prefeitura, que foi intimada a manter o aluguel social e a retirar as famílias que estavam residindo nas edificações interditadas, sob o risco de pagar multa diária de R\$ 10 mil. A situação foi resolvida com a Defesa Civil cumprindo o mandado de desocupação da área e o benefício sendo mantido até que o problema habitacional fosse resolvido, nem que isso significasse a assistência pelo resto da vida. Hoje, a Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental atende 49 famílias, algumas desde 2008, com o auxílio habitacional, no valor de 70% do salário mínimo, cerca de R\$ 616.

Apesar dos atritos, os moradores não ficaram sem assistência, mas tiveram que lidar com atrasos no repasse, que em alguns momentos foi de dois meses. O valor insuficiente para o pagamento do aluguel teve que ser completado com recursos próprios, sendo um gasto a mais que se somava aos das taxas de água e luz da casa interditada. Além do mais, foi um período em que o acesso aos móveis e aos pertences adquiridos ao longo de anos, o contato com as lembranças e com conforto da casa própria foram vedados aos donos, que a distância temiam os saques e a integridade de seus bens.

No decorrer do tempo, alguns dos afetados deixaram de receber o benefício porque não se encaixavam mais nas condições, enquanto outros foram embora. Hoje, três das famílias atingidas pelo acidente da Mariquinha são assistidas pelo auxílio habitacional. Jéssica foi beneficiada até o

ano passado: “Dou Graças a Deus que a gente teve onde morar, mesmo pagando aluguel, só que eu nunca me acostumei com as outras casas”. E relata o que sentiu quando conseguiu voltar: “Foi triste ver o lugar em que a gente era tão feliz abandonado, cheio de lixo e de mato; mas fiquei feliz porque eu estava entrando para não sair mais”. Devido ao tempo em que ficou fechada, a edificação precisou passar por reformas executadas pela Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental, no início de 2016. Apesar de o telhado ter sido consertado, as paredes pintadas e as portas, que estufaram, trocadas, a cunhada de Jéssica não quis mais voltar a morar com os familiares. Além do medo, ela preferiu alugar um imóvel nas redondezas. “Se algo acontecer, agora nós temos a casa da Marciane para ficar”, revela Jéssica sobre a estratégia de quem tem a experiência de ter vivido temporariamente em um abrigo.

“Qualquer área, segundo a doutrina do Ministério das Cidades, por mais perigosa que seja se não houver presença humana, não tem risco”, informa Luiz Machado, agente da Defesa Civil de Florianópolis. Ele explica porque o local atingido na Mariquinha não constava no Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR), realizado em 2007, pelo Ceped-UFSC: “Ali era um estacionamento, não havia circulação de indivíduos e nem histórico de outras ocorrências”. De acordo com a revisão do plano realizada em 2012, cerca de 55 mil pessoas vivem em setores de risco geológico na capital, e aproximadamente 100 delas precisariam imediatamente ser retiradas de suas casas. O mesmo estudo hierarquiza as localidades

prioritárias para intervenções. Dos três setores que compõe a comunidade da Mariquinha, um ocupa o 8º e outro o 13º lugar em uma escala de 59 posições.

Logo depois do retorno, quando o tempo dava indícios de instabilidade, Jéssica amenizava o desassossego deixando uma mochila com algumas roupas prontas para qualquer emergência. Do outro lado da rua, um casal de paraenses chegados há dois anos vive nas quitinetes cujos fundos dão para a área do acidente. Nas noites de chuva, ouve-se deles a respiração profunda de quem dorme tranquilamente.

Cinco anos depois, o lugar do acidente está revitalizado e voltou a ser um estacionamento. A rocha de 200 toneladas, estagnada no sopé do morro, marca mais uma das conquistas pela moradia. No início, foram os migrantes de baixa renda, depois as ocupações à margem da lei, seguindo com a resistência frente ao despejo e, por fim, o recomeço depois de um desastre. A comunidade, que tem o centro da cidade sob os seus pés, precisa lutar para não ser ignorada pelo poder público. “O prefeito consegue nos enxergar. O ar puro que o vereador respira quando abre a janela do seu gabinete vem daqui da Mariquinha. As nossas matas é que aliviam a zonas de calor”, observa o líder comunitário Alex Correia. “Se pegar um mapa da cidade dá pra ver que a Mariquinha está bem no coração de Florianópolis.”■